



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 109, DE 2019

Acrescenta § 4º ao art. 102 da Constituição Federal, para estabelecer a necessidade de demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual como condição de admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.

AUTORIA: Senadora Simone Tebet (MDB/MS) (1ª signatária), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

mp CCJ

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 109, DE 2019

Acrescenta § 4º ao art. 102 da Constituição Federal, para estabelecer a necessidade de demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual como condição de admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.



SF/19995.63551-56

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 102.....

.....

§ 4º Na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade, o autor deverá demonstrar a existência de controvérsia constitucional relevante e atual, nos termos da lei, a fim de que o Supremo Tribunal Federal examine sua admissão, somente podendo recusá-las pela manifestação da maioria absoluta de seus membros.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda à Constituição que ora submetemos ao crivo do Senado Federal objetiva estabelecer a necessidade de demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante como condição de admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Para tanto, estamos propondo acréscimo de § 4º ao art. 102 da Constituição Federal (CF).

Recebido em 09 / 07 / 19

Hora: 19:08 h

Raduichi
Aline Raduichi

26



Página: 1/6 04/07/2019 14:21:48

ce77947a41c9af504f5943b8b25f9374571e01cb

A CF de 1988 consagrou um conjunto amplo de competências ao STF. Entre elas, destaca-se o poder de controlar, em abstrato, a constitucionalidade de leis e atos normativos federais e estaduais, assim como de emendas constitucionais. Essas competências constitucionais foram disciplinadas pelas Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999.

Registre-se, ademais, que a CF de 1988 ampliou o rol dos legitimados a deflagrar a jurisdição constitucional do STF. Se antes dela a provocação era uma prerrogativa conferida apenas ao Procurador-Geral da República, hoje, pelo art. 103 da Constituição Federal, é reconhecida a legitimidade ativa para ajuizamento de ações do controle abstrato a um amplo rol de autoridades, órgãos e entidades.

Ressalte-se que, em razão do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição e da inexistência de regra a mitigar tal princípio, não pode o STF deixar de decidir os casos levados à sua apreciação.

Em democracias constitucionais, é prudente que se atribua às Cortes Constitucionais e Supremas Cortes competências suficientes para funcionarem como instâncias capazes de proteger, com independência, direitos fundamentais, e de arbitrar conflitos entre os Poderes.

Embora o fortalecimento do STF siga uma tendência mundial, o caso brasileiro apresenta algumas peculiaridades, dentre elas o fato de não contar com o poder de escolher os casos que irá julgar, diferentemente do que ocorre em inúmeros países.

Nos Estados Unidos, onde primeiramente surgiu o controle judicial de constitucionalidade, o art. III da Constituição Americana, que declara que as cortes federais conhecerão “casos” e “controvérsias”, tem sido interpretado pela Suprema Corte de modo a que apenas as controvérsias jurídicas relevantes sejam consideradas.

Essa interpretação deu origem à *justiciability doctrine*, um conjunto de critérios de admissibilidade a ser observado para que os litigantes possam levar suas causas às cortes federais, incluindo a Suprema Corte. Atualmente, mais de dez mil casos são levados por ano à Suprema Corte, dos quais apenas cerca de cem são admitidos.



O poder de escolher os casos a serem julgados é uma prerrogativa que vem sendo atribuída às Supremas Cortes e Cortes Constitucionais ao redor do mundo. No exercício de suas competências originárias ou recursais, tal poder é reconhecido às Cortes da Argentina, Alemanha, Austrália, Bélgica, Colômbia, Costa Rica, Israel, dentre outras.

Essa é uma medida que tem se mostrado eficaz, tanto para a autocontenção dessas Cortes Constitucionais e Supremas Cortes, como para uma melhor prestação jurisdicional, já que, com isso, confere-se a esses tribunais a liberdade para escolher os casos constitucionais mais relevantes a serem decididos em determinado momento, o que não os impede de, no futuro, considerar relevante um caso anteriormente rejeitado.

No Brasil, conforme informa o relatório *Supremo em Números*, que levantou dados de 1988 a 2009, o acesso ao STF durante esse período foi feito por surpreendentes 52 (cinquenta e dois) tipos de processos distintos. De fato, “[d]as grandes cortes judiciais do mundo ocidental, o Supremo é provavelmente a que oferece a maior multiplicidade de acesso”.

As mudanças realizadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, especialmente com a introdução do instituto da repercussão geral, foram muito positivas. Entretanto, os números continuam altos. Em 2018, o STF recebeu 101.497 processos, 20.750 (20,4%) originários e 80.747 (79,6%) recursais. Nenhuma Suprema Corte no mundo julga tanto quanto o STF. Em 2018, foram proferidas mais de 14 mil decisões colegiadas.

Além de aprimorar a jurisdição constitucional, buscamos conferir importante competência ao Supremo Tribunal Federal, atribuindo à nossa mais alta Corte o poder de administrar sua agenda de forma mais efetiva, observadas as demandas mais importantes da sociedade e dos demais Poderes.

Essas são as razões que nos levam a pedir o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores ao aprimoramento e posterior aprovação desta proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões,


Senadora SIMONE TEBET



PEC que “acrescenta § 4º ao art. 102 da Constituição Federal, para estabelecer a necessidade de **demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual** como condição de admissibilidade da **ação direta de inconstitucionalidade** e da **ação declaratória de constitucionalidade**”.

Nome do(a) Senador(a)	Assinatura
2. Antonio Amorim	Antonio Amorim
3. Rui Costa	Rui Costa
4. ROGERIO CARVALHO	Rogério Carvalho
5. OPIOVISTA Guimarães	Opiovista Guimarães
6. RANDOLFE RODRIGUES	Randolfe Rodrigues
7. Meires de Jesus	Meires de Jesus
8. Rodrigo Tcherne	Rodrigo Tcherne
9. Angelo Colautti	Angelo Colautti
10. Weverton	Weverton
11. Eduardo Gomes	Eduardo Gomes
12. Maurício Carmo Alves	Maurício Carmo Alves
13. Rodrigo J. dos	Rodrigos
14. Roni de Freitas	Roni de Freitas



PEC que “acrescenta § 4º ao art. 102 da Constituição Federal, para estabelecer a necessidade de **demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual** como condição de admissibilidade da **ação direta de inconstitucionalidade** e da **ação declaratória de constitucionalidade**”.

Nome do(a) Senador(a)	Assinatura
15. <i>Valmir Brech</i>	<i>[Assinatura]</i>
16. <i>ALESSANDRO VIEIRA</i>	<i>[Assinatura]</i>
17. <i>Renato Guedes</i>	<i>[Assinatura]</i>
18. <i>TELA ADO MOTA</i>	<i>[Assinatura]</i>
19. <i>Forayza Thronick</i>	<i>Forayza Thronick</i>
20. <i>Carlo Roberto</i>	<i>[Assinatura]</i>
21. <i>Daniel Carlos</i>	<i>[Assinatura]</i>
22. <i>Marliza Gomes</i>	<i>[Assinatura]</i>
23. <i>Luiz Carlos</i>	<i>[Assinatura]</i>
24. <i>[Assinatura]</i>	<i>EDMUNDO GILSON</i>
25. <i>LASIER</i>	<i>[Assinatura]</i>
26. <i>Elmano Férraz</i>	<i>[Assinatura]</i>
27. <i>E. F. MIN</i>	<i>[Assinatura]</i>



SF/19995.63551-56

Página: 5/6 04/07/2019 14:21:48

ce77947a41c9af504f5943b8b25f9374571e01cb



PEC que “acrescenta § 4º ao art. 102 da Constituição Federal, para estabelecer a necessidade de **demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual** como condição de admissibilidade da **ação direta de inconstitucionalidade** e da **ação declaratória de constitucionalidade**”.

Nome do(a) Senador(a)	Assinatura
28. JARBAS VASCONCELOS	
29. JOSÉ SERRA	
30. LUIS CARLOS HEITZ	
31. Marcos Rogério	
32. Velloso	
33. Confúcio Moura	
34. STEVENSON	
35. Jair Bolsonaro	
36. Cláudio Tomaz	
37. Luiz Sérgio	
38. Flávio Bolsonaro	
39. Fernando Bezerra	
40. DARIO BERGER	
AL REQUEFE	

rj2019-08654

U2 INSA



SF/19995.63551-56

Página: 6/6 04/07/2019 14:21:48

ce77947a41c9af504f5943b8b25f9374571e01cb

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 102

- artigo 103

- Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - EMC-45-2004-12-08 , PEC DA REFORMA DO JUDICIÁRIO - 45/04

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;45>

- Lei nº 9.868, de 10 de Novembro de 1999 - Lei do Controle de Constitucionalidade; Lei de Inconstitucionalidade; Lei da Adin - 9868/99

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9868>

- Lei nº 9.882, de 3 de Dezembro de 1999 - LEI-9882-1999-12-03 , LEI DA ADPF - 9882/99

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9882>